

Democracia Neoliberais na América Latina

Luciana Ballestrin

Universidade Federal de Pelotas

Às vésperas de 2019, não seria exagero afirmar por ocasião da abertura do presente Dossiê, que as democracias liberais se encontram em uma crise sem precedentes, tanto no norte quanto no sul global. Extrapolando a discussão sobre o *déficit* de representação e o papel dos partidos políticos travada desde os anos 1990, as motivações para a agonia do modelo democrático hegemônico desde o final da Guerra Fria não são necessariamente encontradas no interior da política, provocando a Ciência Política a rever e reformular algumas de suas bases científicas enquanto disciplina autônoma. Uma delas está relacionada ao reconhecimento de que o fenômeno relacionado ao colapso das democracias liberais contemporâneas, seja no Ocidente imperial ou colonizado, encontra parte de suas origens em variáveis exógenas ao campo político e nacional *per se*, representando ao mesmo tempo um esgotamento dos discursos, identidades, sociabilidades, instituições, organizações e enquadramentos que lhe oportunizaram historicamente. A crise da democracia liberal talvez seja melhor compreendida como uma crise maior relacionada às profundas transformações sociais do mundo político, econômico e cultural.

Apesar de serem globais, essas mudanças se manifestam de diferentes maneiras, a depender do contexto. Desse modo, a consideração das diferentes perspectivas nacionais e regionais, em uma dinâmica globalizada e desigual, torna-se um imperativo para a não reprodução de diagnósticos que pecam pelo seu anglo-eurocentrismo metodológico, liberalismo normativo e colonialismo teórico. Evitar esse tipo de equívoco, advertido pela sociologia terceiro-mundista desde os anos 1950, permanece uma tarefa fundamental para os estudiosos e pesquisadores dos regimes democráticos em países não centrais. Provocativamente, propor a reflexão sobre as “Democracias Neoliberais na América Latina”, que intitula o segundo número do quarto volume da Revista Sul-Americana de Ciência Política, pretende chamar a atenção de dois aspectos principais.

O primeiro está implícito no jogo de palavras entre liberalismo e neoliberalismo ao se adjetivar “democracias”. Não deixa de ser heterodoxo ou herético sublinhar o traço neoliberal – e não liberal – dos regimes democráticos contemporâneos. Propositamente, deseja-se dimensionar o paradoxo da incompatibilidade entre neoliberalismo econômico e liberalismo político, especialmente quando este último – em uma versão mais igualitária – se compromete com responsabilidade pública, justiça distributiva, inclusão social ou deliberação comunicativa. Falar em democracias neoliberais, portanto, significa, acentuar o traço neoliberal em detrimento do liberal. Essa é, inclusive, a tônica de uma agenda de pesquisa em ascensão sobre neoliberalismo e pós-democracia. Nunca se falou tanto sobre a vida e a morte das democracias ocidentais; nunca o prenúncio de sua morte foi tão contraditoriamente alarmado e explorado pelo mercado editorial internacional. Remetendo ao segundo aspecto, isso também se relaciona à geopolítica, inclusive, da produção do conhecimento. Assim, entender a América Latina como um lugar especial de observação desse mesmo fenômeno no

sul global, requer um exercício teórico de contextualização, adaptação e ponderação quando da aplicação da literatura pós-democrática.

A trajetória da democracia, do liberalismo e do neoliberalismo no continente possui uma história errática, mitigada, oscilante e paradoxal. Mas, se por um lado, a democracia e o liberalismo encontraram suas primeiras experiências históricas na Europa e nos Estados Unidos, por outro a América Latina foi o primeiro laboratório neoliberal que se tem conhecimento, através do experimento chileno sob o governo de uma violenta ditadura civil-militar de cunho personalista. Não deixa de ser curioso perceber que somente quando os centros passam a viver os problemas das periferias que tais sejam considerados “problemas”. Em outras palavras, ou o conceito de pós-democracias é aplicável à América Latina desde os anos 1980 e 1990 ou sua utilização é inadequada pela incompletude ou precariedade de sua pendular busca pela auto-realização democrática.

Ao longo do século XX, vários países latino-americanos participaram das ondas globais democráticas e reversas. Apesar de ser um continente bastante heterogêneo e diverso, subdividido por regiões com variações significativas, a América Latina historicamente parece reproduzir movimentos cíclicos, tanto políticos quanto econômicos. Uma história recente e breve das experiências democráticas no continente não deve ser, portanto, dissociada com o desempenho de suas frágeis e dependentes economias. Assim, os anos 1980 podem ser considerados como a década da redemocratização e do aprofundamento da crise econômica; a década seguinte, como a expressão da consolidação institucional de certas democracias, em meio ao choque neoliberal promovido por vários governos da região; em seguida, o momento pós-neoliberal dos anos 2000, denominado pela literatura especializada como “Maré Rosa” ou “*Left Turn*”, representado pela ascensão de governos de (centro) esquerda que promoveram políticas nacionais de distribuição de renda e diminuição das desigualdades; e, por fim, os anos de 2010 inauguram um novo ciclo de reação conservadora e intensificação neoliberal, mediante à ruptura e fragilização de princípios democráticos em diferentes países da América do Sul e Central.

Observando as dificuldades da autodeterminação democrática nos aspectos minimalistas primordiais das democracias representativas liberais ocidentais, em um registro histórico suscetível ao cálculo antidemocrático sempre disponível às elites políticas e econômicas, a proposta do presente Dossiê foi a de provocar alguns debates, especialmente, de ordem teórica: é possível e desejável que as dimensões econômicas sejam apartadas das políticas para uma análise adequada das experiências democráticas e autoritárias na América Latina? Quais são os riscos que a disciplina da Ciência Política corre quando desconsidera aspectos extra-institucionais e extra-políticos para avaliar os comportamentos (anti)democráticos no continente? É possível afirmar que o Brasil e outros países latino-americanos têm ingressado, junto ao norte global, na era das chamadas “pós-democracias”? Podem as esquerdas latino-americanas se contentar com a defesa da democracia liberal? Qual o papel dos movimentos sociais latino-americanos na busca por alternativas à hegemonia neoliberal? Quais as contribuições que um leitura pós-colonial pode trazer para a análise da atual crise democrática global?

Tomando como realidade empírica a formação de uma onda global de desdemocratização, capaz de coabitar com experiências de democratização, a RSulACP convida à leitura dos artigos contidos neste número, dedicados a problematizar a inflexão democrática global, regional e nacional de diferentes maneiras. As discussões que originaram o presente Dossiê aconteceram por ocasião do nono Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), ocorrido em

Montevidéu em julho de 2017, no âmbito do painel “Democracias (neo)liberais na América Latina contemporânea: limites, impasses e alternativas”.

O artigo de Francisco Matta Machado Tavares e de Sérgio Mendonça Benedito procurou trazer, de forma inovadora e provocativa, o debate sobre pós-democracia e sua aplicação ao Brasil contemporâneo do ponto de vista da sociologia fiscal. Em linha semelhante, o texto de Luciana Maria de Aragão Ballestrin revisou o debate global sobre pós-democracias, observando as possibilidades de enquadramento do Brasil e da América Latina na onda global de desdemocratização, assim como os desafios analíticos e normativos por ela colocados à disciplina da Ciência Política. Fabricio Pereira da Silva, por seu turno, ofereceu uma análise da conjuntura latino-americana ao discutir o conceito de “neogolpismo”, igualmente procurando teorizar o tipo de ruptura democrática reproduzida pelo caso brasileiro. Através da análise da experiência chilena, o artigo de Renata Peixoto de Oliveira examinou a convivência entre autoritarismo e neoliberalismo, evidenciando os limites da transição através e dos enclaves autoritários para o desenvolvimento da “densidade democrática” no país. Por fim, Marcus Abílio Gomes Pereira em co-autoria com Maria Alice Silveira Ferreira analisaram a primeira candidatura à vice-presidência de uma mulher indígena no Brasil e a utilização da comunicação virtual, trabalhando questões relacionadas à representação, identidade e democracia, no contexto da recente campanha eleitoral presidencial.

Com uma mistura de preocupação e entusiasmo, espera-se que os artigos reunidos nesta publicação possam extrapolar o protocolo da produção científica que exige a academia profissionalizada. Dito em outras palavras, deseja-se que o presente Dossiê contribua para a introdução e o fortalecimento do debate sobre pós-democracia e desdemocratização no Brasil, considerando os diferentes níveis de colapso e resistência das agonizantes democracias neoliberais do norte ao sul global.

Luciana Ballestrin (luballestra@gmail.com) é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).